

COP13

21/11/2007

COP-13: AQUECIMENTO GLOBAL

FUTURO DA CONVENÇÃO DA ONU DE MUDANÇA DE CLIMA E PROTOCOLO DE KYOTO É TEMA DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS EM BALI.

Entre os dias 03 e 14/12/2007 ocorrerá, em Bali, Indonésia, a 13ª Conferência das Partes (COP-13) da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e CMP-3 a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto.

Leia aqui as notícias, documentos e obtenha os links e imagens para acompanhar e entender as negociações internacionais, as propostas de ONGs e movimentos sociais brasileiros e as contribuições do Vitae Civilis.

Protocolo de Quioto e Mudança de clima: momentos decisivos

A COP é o foro onde são tomadas as decisões sobre a Convenção e a CMP é a reunião dos Estados que fazem parte (ratificaram) do Protocolo de Quioto. Nessas reuniões, as deliberações são tomadas por consenso entre os representantes dos governos de todos os países que ratificaram esses acordos. Participam também, como observadores nas reuniões oficiais da COP e da CMP, representantes de governos locais, ONGs, instituições de pesquisa, indígenas, empresas dos diversos setores (indústrias, agricultura, serviços). Paralelamente às reuniões oficiais, são realizados centenas de eventos, os side events (eventos paralelos) nos quais são apresentados estudos de caso, propostas, abordagens, pesquisas etc. relacionados aos temas negociados na COP e na CMP. Tais eventos paralelos têm a função de influenciar a agenda de negociações, segundo a perspectiva dos organizadores ou responsáveis pelo conteúdo neles apresentado.

Esse regime multilateral, formado pela Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima e pelo Protocolo de Quioto, subordinado à Convenção, está em um momento crucial: o Quarto Relatório de Avaliação (AR4) do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) divulgado recentemente indica que o fenômeno das mudanças de clima é real, tem origem antrópica e, se nada for feito para que as emissões globais de gases de efeito estufa sejam reduzidas drasticamente, as mudanças climáticas serão catastróficas para o desenvolvimento econômico e social e para os ecossistemas do mundo todo, sendo que alguns impactos já são irreversíveis. Em 2006, um importante estudo encomendado pelo governo inglês, coordenado pelo economista N. Stern, apresentou os efeitos da mudança de clima na economia mundial.

A Convenção-Quadro foi adotada por 189 países, enquanto 175 países ratificaram o Protocolo de Quioto. Todos os países da Convenção têm compromissos, cabendo aos países industrializados que fazem parte do Protocolo a redução relativa de emissões de gases de efeito estufa. A redução média total esperada no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto (2008-2012) seria de cerca de 5%, se todos os países industrializados fossem partes (EUA e Austrália anunciaram que não apóiam o Protocolo; no início de 2006 o novo governo canadense também disse que o Canadá, apesar de ter ratificado o Protocolo, não irá cumpri-lo).

Na COP-13 e CMP-3 alguns assuntos deverão ser objeto de maior atenção:

a) Metas e objetivos do segundo período de compromissos (CP2) do Protocolo de Quioto: Em 2012, chega ao fim o primeiro período de compromisso (CP1) de redução de emissão de gases de efeito estufa dos países desenvolvidos que ratificaram o Protocolo de Quioto. Portanto, faz-se necessária a negociação das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa dos países industrializados para o segundo período de compromisso (CP2) do Protocolo, bem como negociar novas formas de cooperação e arranjos para maior efetividade das ações de todos os países no enfrentamento do aquecimento global. Há países, setores econômicos e políticos que não desejam a continuidade do Protocolo de Quioto após 2012 e por isso falam em um eventual acordo pós-

Quioto. Entendemos que não dá para recomeçar do zero um processo internacional que já tem 17 anos. É possível aprimorar e ampliar o Protocolo e a Convenção com novos instrumentos, compromissos, arranjos e ações dos países.

Em Bali, espera-se que as Partes acordem uma agenda de negociação para os próximos dois anos que resulte em um acordo efetivo pós-2012, ou seja, na COP-13, o novo acordo não será completamente negociado e finalizado, porém os países têm que chegar a um consenso quanto aos temas centrais que o novo acordo abordará, tais como mitigação, adaptação, tecnologia e financiamento. A Rede mundial de ONGs para Mudança de Clima – Climate Action Network (CAN) propõe o Mandato de Bali.

b) Adaptação e Fundo para Adaptação: diálogo sobre como ampliar a cooperação entre todos os países, no longo prazo, para lidar com as causas, impactos e com as medidas de adaptação às conseqüências das mudanças de clima, de forma a fortalecer as medidas sobre compromissos já assumidos no regime por todos os países, inclusive os de ajuda financeira e de transferência de tecnologias limpas dos países industrializados para os países em desenvolvimento.

c) Redução de Emissões do Desmatamento: mecanismos para ajudar países em desenvolvimento com florestas tropicais a reduzirem seu desmatamento. O Brasil defende a criação de um fundo com contribuições voluntárias dos países desenvolvidos para compensar o esforço dos países em desenvolvimento que reduzirem o desmatamento. Pela proposta brasileira, tal mecanismo estaria subordinado à Convenção, ficando fora do mercado de carbono definido no Protocolo de Quioto. Já a Coalizão de Países de Florestas Tropicais, liderada por Papua Nova Guiné e Costa Rica, defende que o desmatamento evitado seja incluído no comércio global de créditos de carbono.

d) Mercado de Carbono

e) Revisão geral do Protocolo de Quioto, conforme definido em seu artigo 9.

Representantes do Vitae Civilis e de outras ONGs do Brasil filiadas ao Grupo de Trabalho de Mudança de Clima (GT Clima) do FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento participarão da COP-13/CMP-3. Em reunião preparatória, realizada em Brasília, em novembro, o GT Clima FBOMS definiu documento com suas posições e propostas que espera que sejam consideradas tanto pelo Governo Brasileiro quanto pelos países industrializados e em desenvolvimento. O documento "As Negociações Internacionais de Clima: Expectativas do GT Clima - FBOMS para a COP-13" foi divulgado na Reunião Plenária do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 21 de novembro. Nesse documento, o FBOMS:

- exige metas mais profundas de redução de emissões para os países industrializados;
- defende que o Mandato de Bali deve fortalecer medidas e programas de adaptação às mudanças climáticas;
- lembra os deveres e responsabilidades dos países em desenvolvimento;
- reitera a necessidade do Brasil estabelecer Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Em 2007, para contribuir à elaboração dessa política nacional, o GT CLIMA / FBOMS produziu o documento "Mudanças de Clima e o Brasil: contribuições e diretrizes para incorporar questões de mudanças de clima em políticas públicas")

[Clique aqui para conhecer o documento de posição do GT Clima/FBOMS para a CoP-13](#)

[Clique aqui para obter o press-release / aviso para a imprensa sobre esse documento do GT Clima FBOMS para a CoP-13](#)

A delegação oficial brasileira é formada por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, de Ciência e Tecnologia, do Meio ambiente, entre outros. Há alguns anos, a delegação brasileira tem incorporado, na qualidade de observadores, representantes de ONGs, universidades,

empresas e outros setores da sociedade, como forma de ampliar o diálogo e engajamento no regime mundial de mudança de clima.

A Rede CAN – Climate Action Network, que congrega mais de 400 ONGs ambientalistas de todo o mundo, e da qual o GT Clima / FBOMS é seu elo no Brasil, tem participado das negociações internacionais do regime de mudança de clima desde 1990. A CAN defende que a negociação do acordo pós-2012 seja finalizada em 2009. Para tal, as partes da Convenção precisam definir um mandato na COP-13.

[Clique aqui para ver o documento da CAN com os princípios e elementos do “Mandato de Bali”](#)

Informes periódicos do Vitae Civilis e da rede CAN serão disponibilizados para organizações do GT Clima-FBOMS e interessados. Visite também as páginas do Vitae Civilis, da Rede CAN e da Convenção sobre Mudança de Clima, entre outras, para acompanhar as negociações da CoP-CMP.

Fonte: [Vitae Civilis](#)

04/12/2007

Começa o COP 13 em Bali...

Começou ontem, na Indonésia, a Conferência do Clima (COP-13), reunião de 180 países para decidir, em 12 dias, como a humanidade vai lidar com o aquecimento global e suas conseqüências. A reunião - a 13ª entre as partes que compõem a Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas - tem o objetivo de buscar soluções políticas a serem implantadas após 2012, quando termina o prazo de cumprimento do Protocolo de Kyoto. Todos concordam que a resposta precisa ser mais dura do que um corte de 5,2% das emissões de gases-estufa pelos países ricos. O problema, contudo, está nos detalhes.

Os países não conseguem conciliar suas agendas com um modelo único, global e efetivo, que contemple as premissas da própria convenção: a responsabilidade sobre as emissões antrópicas é comum, porém diferenciada entre ricos e pobres, e quem poluiu mais paga e faz mais. As diferenças são tão grandes que podem provocar a inação, resultado menos adequado ao momento.

A COP-13 é o ápice de um ano em que a crise climática se tornou um evento midiático, um consenso científico, um norteador político, um modulador econômico e uma peça de propaganda. Em maior ou menor grau, governos e sociedade discutiram como sentirão e lidarão com os impactos e o que precisa ser feito para evitar os piores efeitos das mudanças pela qual a Terra passa. "Precisamos aproveitar o ano para avançar nessa negociação. No ano que vem o tema esfria um pouco", diz Rubens Born, coordenador da ONG Vitae Civilis, que acompanhou quase todas as conferências.

O Que Será Discutido:

- Pós-Kyoto: Cortes mais profundos nas emissões de gases-estufa, pelos países desenvolvidos, válidos a partir de 2013;
- Ricos vs. pobres: Metas de corte (ou de redução da taxa de crescimento) das emissões nas nações em desenvolvimento;
- Mitigação: A inclusão das florestas em pé na conta de mitigação do efeito estufa. Além de absorverem carbono da atmosfera, as matas antigas (como a amazônica) guardam muito carbono estocado na forma de biomassa;
- Recursos: Aumento do fundo de adaptação, alimentado pelos países ricos para ajudar os países pobres a se prepararem para as mudanças climáticas;
- Alternativas: Mecanismos mais efetivos para a transferência de tecnologias "limpas" dos países desenvolvidos aos em desenvolvimento.

Fonte: [Progresso Verde](#)

30/01/2008

Não há dúvidas sobre aquecimento global, conclui COP-13

Thiago Romero

Agência FAPESP

O aquecimento do sistema climático mundial foi detectado de forma inequívoca. Essa é uma importante e genérica conclusão do quarto relatório científico do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que foi reconhecida politicamente na 13ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-13).

Embasamento teórico

A afirmação é considerada um dos principais embasamentos teóricos do documento que deu origem ao Plano de Ação de Bali, acordo firmado por representantes de 180 países que participaram da reunião realizada em dezembro do ano passado, em Bali, na Indonésia.

Para Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), que participou da COP-13, um dos pontos altos do plano é o consenso, entre os países, de que a demora em reduzir as emissões de gases do efeito estufa limitará significativamente a oportunidade de atingir os níveis de estabilização climática, aumentando o risco de impactos mais severos sobre o clima.

Vitória política

"É uma inegável vitória que os relatórios científicos do IPCC estejam influenciando decisões políticas internacionais. Isso porque, há até pouco tempo, chefes de estado diziam serem naturais as variações climáticas dos últimos anos", disse durante o evento Conferência de Bali: Novas Diretrizes sobre as Mudanças Climáticas, realizado nesta quarta-feira (23/1) na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

Protocolo de Kyoto

O encontro debateu assuntos discutidos na COP-13, que teve o objetivo de estabelecer diretrizes para um novo acordo de combate às mudanças climáticas após 2012, fase final do primeiro período de acordos no âmbito do Protocolo de Kyoto. Segundo Meira Filho, que foi presidente do grupo de negociação de dois artigos do protocolo, a quarta edição do relatório do IPCC influenciou claramente o Plano de Ação de Bali.

"As conclusões dos estudos do IPCC, que utilizou diferentes métodos científicos para que as hipóteses fossem testadas por meio de observações do clima, foram reconhecidas explicitamente em vários trechos do texto do plano", explicou.

Demora no reconhecimento

Segundo ele, dois motivos explicam por que os cientistas do painel demoraram vários anos para conseguir detectar, de forma inequívoca, o aquecimento global. "Primeiro porque se precisou esperar que o clima mudasse mais do que a variabilidade natural.

E, segundo, porque foi preciso aperfeiçoar os modelos para que os cientistas conseguissem reproduzir todos os efeitos relacionados a essas mudanças, como a variabilidade solar e o fenômeno El Niño", disse Meira Filho, que foi presidente, de 1994 a 2001, da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Estabilização dos gases causadores do efeito estufa

Com base em um consenso entre os países representados em Bali, o Plano de Ação enfatiza a urgência em atingir metas a longo prazo referentes à estabilização da concentração dos gases que produzem efeito estufa na atmosfera, também com base nos resultados do IPCC, órgão que ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2007 - dividido com Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos.

De acordo com o plano, essa estabilização somente ocorrerá se as emissões globais forem reduzidas em aproximadamente 60% em relação ao níveis emitidos em 1990. "Essa conta é feita a partir do fluxo da atmosfera para os oceanos. Hoje, cerca de 2,2 bilhões de toneladas de carbono entram nos oceanos, que são os maiores consumidores de dióxido de carbono da atmosfera", explicou Meira Filho.

Segundo ele, com a redução das emissões mundiais em 60% seria possível estabilizar em 550 partes por milhão a concentração de dióxido de carbono, algo considerado satisfatório. "Mas o consenso geral de Bali aponta para a obrigatoriedade dessa redução das emissões, seja lá qual for o nível de estabilização. Por isso houve um consenso rumo a medidas de mitigação mais intensas", apontou.

Limites do planeta

Os 60% de redução seriam uma espécie de reconhecimento mundial dos limites do planeta. "O problema é tão sério que há indicações de que a possível falta dessa consciência ambiental possa gerar sérios conflitos entre as nações", disse.

Outro ponto importante da reunião em Bali foi a possibilidade de haver novas negociações entre os países para definir os níveis máximos de temperatura mundial. "Esse também foi um passo importante, uma vez que recentemente a Europa, em uma reunião do G8 que contou com autoridades brasileiras, fez a proposta de um pacto global visando à limitação do aumento da temperatura média mundial em 2°C, o que foi rejeitado pelos Estados Unidos e pelo Brasil", disse Meira Filho.

Mapa a seguir

Também presente na reunião da capital paulista, Antonio Ludovino Lopes, advogado especialista em direito ambiental que também participou da COP-13, disse que o evento em Bali ofereceu um mapa de caminhos que os países devem perseguir.

"Ainda não sabemos se esse mapa tem tecnologia GPS [Global Positioning System] ou se ele se parece mais com os usados por antigos navegadores. Do ponto de vista jurídico, esse mapa ainda precisa ter alguns espaços preenchidos", disse.

Adaptação ambiental

Para Lopes, em Bali houve uma nítida tentativa de encontrar novos caminhos jurídicos entre os países, de acordo com as limitações dos instrumentos do Protocolo de Kyoto, o que, segundo ele, gerou conclusões de grande expressão na reunião.

"Uma delas foi a implantação, quase que definitiva, do fundo especial para a adaptação. Trata-se de um instrumento do Protocolo de Kyoto que prevê o financiamento de projetos de adaptação ambiental em países em desenvolvimento", apontou.

Fonte: [IT – Inovação Tecnológica](#)